

Superior Tribunal de Justiça

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 164.246 - SP (2019/0063259-5)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
SUSCITANTE : **JUÍZO DA VARA DO TRABALHO DE ITAPETININGA - SP**
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DE ITAPETININGA - SP**
INTERES. : **CLAITON KOMATSU**
ADVOGADO : **PETRÚCIO ROMEU LEITE VANDERLEI JÚNIOR - SP170769**
INTERES. : **CAMARGO ASSOCIADOS COMÉRCIO E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA**
INTERES. : **GRANFORT COMERCIAL AUTOMOTIVOS LTDA**
ADVOGADO : **RAFAEL BERTACHINI MOREIRA JACINTO E OUTRO(S) - SP235654**
ADVOGADOS : **RENATA MOQUILLAZA DA ROCHA MARTINS - SP291997**
: **EDUARDO JUNQUEIRA DE OLIVEIRA MARTINS - SP271217**

DECISÃO

Cuida-se de conflito negativo por iniciativa do Juízo da Vara do Trabalho de Itapetininga, Estado de São Paulo, em face do Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da mesma cidade relativamente à "ação ordinária de rescisão contratual por culpa dos fornecedores c/c indenização pela devolução de quantias pagas, indenização por danos materiais e por danos morais" proposta por Claiton Komatsu em desfavor de Granfort Comercial Automotivos Ltda. e de Camargo Associados Comércio e Serviços Automotivos Ltda.

Na inicial, ajuizada perante a Justiça comum, o autor alega que sofreu prejuízos com o pagamento à vista de R\$ 25.666,00 (vinte e cinco mil, seiscentos e sessenta e seis reais) e lesão à honra quando da aquisição de veículo usado das rés, gravado com garantia de alienação fiduciária, pendências de impostos e autuações que asseguraram seriam quitadas antes da transferência da documentação, o que não se consumou.

A competência foi originalmente declinada para a Justiça do Trabalho em virtude do depoimento de testemunha, que narrou que o veículo foi entregue para o efeito de quitação pela rescisão de contrato de trabalho entre as partes, que teria motivado o anterior ajuizamento de reclamação trabalhista (fls. 154 e 202).

O Juízo do Trabalho suscitou o presente conflito ao argumento de que as próprias rés não arguíram vínculo trabalhista, de modo que se cuida de relação de

Superior Tribunal de Justiça

consumo decorrente da aquisição do bem móvel com o valor recebido na rescisão do contrato de trabalho (fls. 792/796).

Instado a se manifestar, opinou o Ministério Público Federal pela competência da Justiça comum estadual para o processamento e julgamento da causa (fls. 809/813).

Assim delimitada a controvérsia, necessário consignar que a competência se fixa em razão da causa de pedir e do pedido formulado na inicial que, na hipótese em comento, refere-se a matéria de cunho eminentemente civil. Não é o depoimento das testemunhas, portanto.

Com efeito, pretende o autor o recebimento de indenização por danos materiais e morais causados pela aquisição mal sucedida de veículo usado, devida a diversos entraves contratuais, administrativos e tributários que impediram a transferência do domínio.

Em nenhum momento há alegação de que a operação ocorreu para quitar obrigação trabalhista entre o autor e as rés.

Em vista disso, a obrigação não tem como ser apreciada pela Justiça do Trabalho. Nesse sentido, precedentes da Segunda Seção:

AGRAVO REGIMENTAL - CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA - JUSTIÇAS COMUM E TRABALHISTA - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO - RELAÇÃO DE NATUREZA CIVIL - EC N. 45/2004 - INAPLICABILIDADE - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM - RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

(AgRg no CC 91.114/MS, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, unânime, DJe de 3.8.2009)

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA COMUM E JUSTIÇA TRABALHISTA. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO DECORRENTE DE ACIDENTE OCORRIDO QUANDO O AUTOR FAZIA ORÇAMENTO RELATIVO A SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE PISCINA. INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO OU MESMO CONTRATUAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM.

1. Ação de indenização por danos materiais, morais e estéticos decorrentes de acidente – explosão na casa de máquinas da piscina dos réus – ocorrido quando o autor, em visita à residência daqueles,

Superior Tribunal de Justiça

elaborava orçamento relativo a serviço de manutenção de piscina.

2. A Segunda Seção desta Corte tem entendimento pacificado no sentido de que o pedido e a causa de pedir definem a natureza da lide, não se verificando, na espécie, discussão sobre vínculo empregatício ou recebimento de verbas trabalhistas, do que decorre a competência da Justiça Comum para processar e julgar a demanda. Precedentes.

3. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo de Direito da 7ª Vara Cível de Campinas, suscitado.

(CC 79.398/SP, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, unânime, DJU de 11.10.2007)

Competência. Conflito negativo. Justiça Comum Estadual e Justiça Trabalhista. Ação de indenização. Ausência de relação de trabalho. Competência da Justiça Comum Estadual.

- Compete à Justiça Comum Estadual o julgamento de ação na qual se pretende indenização por danos morais e materiais se a natureza da relação jurídica estabelecida entre as partes não é de trabalho.

Conflito de competência conhecido para declarar competente o Juízo suscitado.

(CC 57.048/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, unânime, DJU 15.8.2006)

Destaco que não é permitido ao Judiciário extrair compreensão diversa da pretensão deduzida pela parte, modificando a causa de pedir, ao invés, a consequência, se não verificada a exatidão dos fatos, é a improcedência do pedido, mas não a declinação da competência.

Nesse sentido, precedentes da Segunda Seção em casos similares:

COMPETÊNCIA. CONFLITO NEGATIVO. JUSTIÇA FEDERAL E JUSTIÇA ESTADUAL. MANDADO DE SEGURANÇA IMPETRADO POR EMPREGADO DA EMBRATEL CONTRA ATO DISCIPLINAR IMPOSTO PELO REPRESENTANTE LEGAL REGIONAL DA EMPREGADORA. NATUREZA JURÍDICA DA EMPRESA. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. ENUNCIADO Nº 42 DA SÚMULA/STJ. NATUREZA DA RELAÇÃO JURÍDICA CONTROVERTIDA DEMARCADA EM FUNÇÃO DO PEDIDO E DA CAUSA PETENDI. LIDE QUE SE REVELA DE CUNHO TRABALHISTA. POSSIBILIDADE DE DECLARAR-SE COMPETENTE OUTRO JUÍZO QUE NÃO O SUSCITANTE E O SUSCITADO. PRECEDENTES.

Superior Tribunal de Justiça

COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.

I - Compete à Justiça Estadual processar e julgar as causas em que figure como ré sociedade de economia mista, que não se enquadra no elenco do art. 109, I, da Constituição, sentido em que veio a cristalizar-se a jurisprudência desta Corte, ao editar o enunciado nº 42 de sua súmula.

II - Segundo reiterado entendimento da Seção, se a inicial expõe lide de natureza trabalhista, demarcada pela **causa petendi** e pelo pedido, competente é a Justiça Laboral para apreciar a espécie, mesmo que seja para extinguir o processo sem exame do mérito.

III - Pode o Superior Tribunal de Justiça declarar a competência de outro juízo ou tribunal que não o suscitante e o suscitado.

(CC 16.592/MA, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, unânime, DJU de 29.9.1997)

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA ENTRE JUÍZOS DE DIREITO E TRABALHISTA. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA BUSCANDO O RECEBIMENTO DE VERBAS TRABALHISTAS. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA LABORAL.

Revelando a inicial lide de natureza trabalhista com base em alegado vínculo empregatício regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, compete à justiça do trabalho o julgamento da causa. Em não sendo constatados os fatos alegados ou a relação de emprego, ter-se-á a improcedência da demanda, mas não a competência da justiça comum.

Competência do juízo suscitado - Junta de Conciliação e Julgamento de Surubim - PE.

(CC 18.144/PE, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, unânime, DJU de 33.8.1998)

Em face do exposto, conheço do conflito para declarar competente o Juízo de Direito da 3ª Vara Cível de Itapetininga, SP.

Comunique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora